

CONFIDENCIAL

1/1

2

IMPLANTAÇÃO DA AVALIAÇÃO CONJUNTURAL.

Encaminha-se, para implantação em Banco de Dados, a Avaliação Conjuntural, de 08 Mai 91.

...

Z3: 111/B1C.

ANEXO: AVALIAÇÃO CONJUNTURAL.

Z1: DV-4

W/ST4/00091/111/B1C/170691

CONFIDENCIAL

2

AVALIAÇÃO CONJUNTURAL

08/05/91

CONFIDENCIAL

OPINIÃO PÚBLICA

Pesquisa qualitativa de opinião realizada pelo Instituto Vox Populi nos dias 25 e 26 de março, em seis capitais (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Brasília e Porto Alegre), confirma a preocupação, expressa no Relatório anterior, de que a marca de "um ano de governo" viria com avaliações negativas, não só pela mídia, mas também pela sociedade, do desempenho do governo.

Desde o início do Governo Collor, a opinião da população sobre o Governo passou por diversas fases: do encantamento inicial no momento da posse, a uma "fase de desencantamento", esta última caracterizada pela insegurança quanto às perspectivas do Plano Collor I e seus efeitos sobre o nível de vida da população contrastando com a crença nas intenções do Presidente. Seguiu-se uma fase em que se agravou a sensação de "descompasso entre as ações e intenções", já anunciando uma fragilidade na imagem do Governo. Já em fevereiro último, tanto a imagem do Presidente quanto a do Governo mostravam-se consideravelmente abaladas, indicando a percepção de fragilidade e impotência diante dos graves problemas do País, com sinais de desgaste e falta de credibilidade em suas ações.

O fato de o Governo ter completado um ano parece ter despertado na população a necessidade de fazer um balanço dos ganhos e perdas no período. E a sensação predominante, independente do voto nas eleições presidenciais, é de que as perdas não estão sendo compensadas. Assim, a idéia de que a qualidade de vida piorou independe do nível de conhecimento a respeito das medidas adotadas pelo Governo, e baseia-se na constatação da deterioração de seu dia-a-dia. Muitas são as argumentações de que pouco ou nada foi feito em setores básicos da vida do brasileiro, como saúde, educação, habitação, saneamento, e outros. Todos os setores são alvos de críticas, mas as mais acentuadas referem-se à questão salarial, poder de compra e inflação (que continua crescente apesar dos salários congelados).

Pode-se afirmar, hoje, que há uma tendência generalizada a avaliar negativamente todas as medidas do Governo Federal. Os questionamentos atuais centram-se na capacidade do Governo de colocar em prática medidas que devolvam à maioria da população a esperança de melhores dias.

Quanto à imagem do Presidente, paira um sentimento de quebra de promessa em relação aos descamisados. Vem se solidificando a imagem, mesmo entre seus admiradores, de um Presidente voltado para os interesses dos ricos, o que seria, "compreensível" em função de suas origens e passado político.

A classe política é, similarmente, alvo de severas críticas e vista como voltada apenas para os interesses próprios. Nesse sentido, a aproximação entre Congresso e Governo é encarada como uma "aliança" que favorecerá, mais uma vez, apenas às minorias. Além disso, está se formando uma imagem de troca de favores entre empresários, Governo e Congresso.

O Projeto de Reconstrução Nacional ainda é visto por segmentos significativos da população como apenas mais um plano. Nesse sentido, é identificado como o "Plano Collor III". A mencionada pesquisa revela alto grau de desinformação da população em relação à proposta. Ainda assim, o "Projetão" é seriamente criticado.

Um esclarecimento à população sobre o "Projetão" e suas implicações é muitas vezes apontado como uma "dívida" do Governo Federal para com os brasileiros.

Já o Código de Defesa do Consumidor é visto com bons olhos, apesar de não chegar a empolgar a maior parte do público entrevistado, inclusive em razão de sua complexidade. Maiores esclarecimentos à população a respeito do mesmo são fortemente demandados.

De modo mais amplo, a referida pesquisa revela uma grande expectativa por esclarecimentos à população sobre diversos temas: além dos citados anteriormente, pesquisa específica sobre as campanhas de publicidade do Governo indica que aquelas que visam a esclarecer o público sobre assuntos diversos (como saúde, alimentação, direitos,...) são sempre bem recebidas e têm grande penetração.

Com relação ao mês de abril, em contato telefônico com a Vox Populi verificou-se que aquela empresa realizou nova pesquisa qualitativa, referente àquele período, cujos dados, entretanto, ainda estão em fase final de avaliação. O relatório respectivo deverá estar disponível até o início da semana que começa em 13 de maio. A Vox Populi adiantou, entretanto, que a mencionada pesquisa revelou, por um lado, uma certa matização positiva na avaliação do Governo pelas classes média e alta. Estas estariam algo mais tolerantes com relação às dificuldades ora enfrentadas pelo Governo, demonstrariam certa flexibilização quanto à complexidade dos problemas nacionais e os obstáculos à sua superação. Por outro lado, no âmbito das classes de mais baixa renda teria se confirmado a tendência da avaliação de março, de acirramento das críticas ao Governo.

CAMPO ECONÔMICO

A percepção de que houve alteração na condução da política econômica é hoje generalizada. Ainda que as políticas fiscal e monetária estejam sendo mantidas bastante apertadas, a expectativa criada, a partir de sinalizações do próprio Governo, é de que as restrições nesse sentido sejam bem inferiores do que as impostas durante o primeiro ano de Governo.

Os resultados obtidos na balança comercial continuam significativamente positivos. Com o saldo obtido em março (US\$ 1,079 bilhões), o acumulado no ano atingiu US\$ 3,3 bilhões, resultado este 85% superior ao obtido no primeiro trimestre de 1990. O volume de comércio (importações e exportações somadas) atingiu, em março, US\$ 4,1 bilhões, o que indica elevação do grau de integração do País no mercado internacional. A expectativa é de que os resultados em abril continuem nessa mesma tendência.

Somando a esses resultados o fato de se ter chegado a um acordo com os credores privados com referência aos juros atrasados de 1990, com o conseqüente cronograma de desembolsos, a expectativa dos agentes econômicos privados é de que o movimento do câmbio, nos próximos meses, tenha como piso de desvalorização a variação da TR. Ou seja, a hipótese mais aceita é a de que não haja valorização do cruzeiro frente ao dólar nos próximos meses. No entanto, não são esperadas desvalorizações significativas, especialmente em função da política de controle da inflação.

As taxas de inflação observadas em março ficaram em torno de 8% (ICV-FIPE = 7,5%; IGPM-FVG = 9,2%; IGP-FGV = 7,3%); o INPC atingiu 11,79% em função de captar com maior intensidade a variação dos aluguéis posterior ao Plano Collor II. Com referência a abril, o único índice já divulgado é o IGPM, que variou 7,81%. É importante notar que as taxas obtidas em abril já não sofrem qualquer influência das variações dos preços verificados no período anterior ao Plano Collor II. A percepção geral é de que a inflação seguirá trajetória ascendente, porém não explosiva, nos próximos meses.

Quanto ao desempenho do comércio e indústria há sinais de inflexão, ainda que tênues, nas trajetórias de declínio nos níveis de atividade. A recuperação é visível mais como um movimento lento e possivelmente transitório de recuperação dos estoques do que uma recuperação efetiva do nível das atividades. Dados atualizados sobre o consumo de energia elétrica são um bom indicador da situação: segundo a ELETROPAULO, o consumo de energia no Estado de São Paulo em abril foi 13,6% superior ao observado em março. Apesar disso, o consumo em abril ainda foi 1,8% inferior ao de abril de 1990 e o acumulado entre janeiro e abril de 1991 foi 5,9% menor do que o observado em igual período em 1990.

CONFIDENCIAL

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

AVALIAÇÃO CONJUNTURAL

Até agora não se observa recuperação no nível de emprego. De outra parte, há dúvidas se a pequena reação esboçada nos níveis de atividades do comércio e indústria seria suficiente para reverter a tendência de queda daquele indicador, embora se espere, pelo menos, sua estabilização nos níveis atuais.

A avaliação dos agentes privados sobre o desempenho da economia, aqui descrita, tem por base o período imediatamente anterior à mudança da equipe econômica do Governo. No entanto, pelo menos a princípio, a alteração da equipe não parece ter causado modificações substanciais nas expectativas dos agentes privados. A transição ocorre com certo grau de tranquilidade, mesmo porque o desempenho da economia nestes primeiros 90 dias do Plano Collor II é visto, de uma forma geral, como favorável: índices de inflação declinantes, superávits fiscais constantes, política monetária eficaz e resultados amplamente favoráveis na balança comercial.

CONFIDENCIAL

CONJUNTURA SINDICAL

Após a edição do Plano Collor II, destinado a conter a espiral inflacionária, a classe trabalhadora voltou a viver momentos de instabilidade a partir de greves e manifestações no País, fomentadas por líderes do Movimento Sindical (MS).

Merecem destaque no cenário sindical os seguintes conjuntos de idéias:

a) Trajetória do MS

Em relação a períodos anteriores, o MS experimentou alguma movimentação, em parte decorrente da reação de parcela da massa operária contra as novas decisões governamentais na área econômica. A exemplo de ocasiões anteriores, os dirigentes classistas, notadamente aqueles mais à esquerda do MS, tentaram aproveitar-se do fato, promovendo um "Dia Nacional de Protesto e Luta Contra o Governo Collor (15 Mar)". Entretanto, dado o baixo nível de mobilização dos trabalhadores, as manifestações redundaram em fracasso.

Os segmentos laborais mais organizados e combativos concentraram esforços na luta pelo atendimento das postulações de caráter econômico, tendo como "carro-chefe" reivindicações salariais, em maioria postuladas fora de suas datas-base.

Verificou-se, ainda, movimentos em defesa do emprego e pela recuperação do poder aquisitivo. Nesses casos, confirmou-se a tendência a paralisações setorizadas, como as greves do petroleiros, frentistas, portuários da CODESP, marítimos da FRONAPE, metalúrgicos, rodoviários e previdenciários, algumas de âmbito nacional, além de numerosos exemplos regionais e estaduais.

No contexto da maioria dessas paralisações, vale ressaltar o desempenho arbitral da Justiça do Trabalho, no âmbito de sua competência legal. Tal postura caracteriza a existência de relações laborais fortemente determinadas pela legislação e pela interferência do Estado, fato que, de certo modo, colide com a liberdade e autonomia sindicais e com os princípios da livre iniciativa que têm sido defendidos pelo Governo Federal.

Os acontecimentos de Março indicaram um reaquecimento de focos de radicalização sindical, exatamente à medida em que se aproximaram as datas-base de renovação salarial (01 Abr) para expressivo grupo de operários (metalúrgicos do interior paulista e do setor siderúrgico nacional) e as comemorações do "Dia do Trabalho" (1º de Maio).

No interior de São Paulo, a campanha dos metalúrgicos desembocou em movimento paredista uma vez que a pretensão dos trabalhadores (202 a 235% de reajuste) diferia em muito da proposta patronal (20 a 44%). Esse diferencial elevado indica a persistência de significativo grau de inflexibilidade também em outros segmentos, e conseqüentemente tende a propiciar o surgimento de novos movimentos grevistas.

b) Ligações da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) com o Partido dos Trabalhadores (PT)

Superando posições sectárias, mantidas até há bem pouco tempo, teve continuidade, no período, a aproximação entre a FIESP, o PT e a CUT.

As condições econômicas surgidas em decorrência do Plano Collor II favoreceram o processo de convergência de interesses entre as citadas instituições. Em tese, as posições de repúdio ao Plano estão servindo de estímulo para a soma de esforços, cuja continuidade não se afigura sustentável no futuro, devido à fragilidade desses laços.

As negociações entre a FIESP e o PT expressam, na realidade, dois aspectos: as lideranças políticas/sindicais (PT/CUT) imaginam dispor de organização suficiente para pressionar o Governo com o fim de que este modifique sua política econômica, e os empresários, temerosos de se confrontarem abertamente com o Governo, se valem do aval sindical para obter o almejado descongelamento.

A postura dos segmentos laborais (trabalhadores e empresários) demonstra que os interesses pessoais e setorizados em boa medida conflitam com os do País, mesmo em momentos em que são chamados a colaborar pela reconstrução nacional.

Diante deste cenário, é admissível compor-se um quadro de perspectivas para o MS:

No que tange aos efeitos das greves sobre o comportamento do MS, ressalta-se que a evolução da conjuntura econômica, social e política do País, acelerará o processo de reflexão e reorganização das lutas sindicais. Esse procedimento pode vir a reverter o quadro que foi desfavorável ao MS em 90, objetivando, em suma, alcançar a pretendida unificação e centralização das lutas sindicais, experimentada recentemente, sem êxito, no dia 15 de Março e que deverá ser novamente tentada com a greve geral ora em articulação para os dias 22 e 23 de maio.

Ademais é fácil considerar que o aumento das ações sindicais em Mar e Abr deve-se, dentre outros, aos seguintes fatos: utilização do grevismo setorizado para alcançar anseios econômicos imediatos; presença constante dos dirigentes sindicais na articulação de movimentos paredistas; significativo desempenho das centrais sindicais suplantando o trabalho dos sindicatos; apoio informal velado dos empresários às lutas classistas contra o Plano Collor II. Todos esses fatores podem ser considerados como sinalizadores para as campanhas salariais, notadamente as de categorias importantes, que se iniciaram em 01 Abr, período tradicional de greves no calendário do MS. Os reflexos dessas campanhas tendem a servir de parâmetro para outras categorias mesmo fora de datas-base.

Em Abr 91, os maiores problemas em torno dos embates trabalhistas se fizeram notar em São Paulo, onde devem ser conjugados aspectos de natureza política e econômica, sobretudo no setor dos metalúrgicos.

Por outro lado, um contingente significativo de operários, a nível nacional, é controlado por sindicatos moderados, que geralmente exercem papel desestimulante das ações sindicais, rompendo a unidade em torno de grandes movimentos e manifestações (por exemplo, 1º Maio), bem como provocando desgastes a facções profissionais, políticas e econômicas que tentam patrocinar, isoladamente, mobilizações, sem contar com uma bandeira atraente e apoio da maioria dos trabalhadores.

ASPECTOS DA CONJUNTURA POLÍTICA**1. FÓRUM NACIONAL DE DEBATES**

As lideranças partidárias elegeram como prioritários, para discussão no Fórum Nacional de Debates, os seguintes assuntos contidos no Projeto de Reconstrução Nacional ("Projetão"), proposto pelo Governo Federal: formulação de uma política salarial; plano de custeio da Previdência Social; e regulamentação do sistema financeiro.

Além desses, poderão entrar, também, na pauta de discussão:

- taxas de juros e impostos sobre grandes fortunas e heranças;
- aluguel e casa própria;
- democratização da comunicação, com a criação de um Conselho de Comunicação Social, regionalização da programação, incentivos a cultura e discussão sobre monopólios nesse setor;
- educação;
- dívida externa e relações econômicas internacionais;
- política agrícola e reforma agrária.

2. EM ANEXO, ENCONTRA-SE LISTAGEM DA COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, E DE SUAS MESAS DIRETORAS RESPECTIVAS (com dados do Congresso atualizados até 25 de abril).

3. PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO NAS CASAS DO CONGRESSO NACIONAL.

No Legislativo, tramitam cerca de 3.700 proposições entre vetos, Projetos de Lei, Decretos Legislativos e Requerimentos.

No Senado Federal tramitam 750 Projetos de Lei, 93 Projetos de Decreto Legislativo, 40 Projetos de Lei Complementar e 13 Projetos de emenda Constitucional. Desses, 122 são de autoria do Executivo Federal, alguns datados de 1985.

Na Câmara dos Deputados tramitam 2.700 Projetos de Lei, 118 Projetos de Lei Complementar, 218 Projetos de Decreto Legislativo, 14 Projetos de Emenda Constitucional. Desses, 144 são originários do Executivo Federal, datando de 1975 a 1991.

Neste universo, estão em regime de "urgência" os seguintes Projetos de Lei de autoria do Governo, a seguir especificados, por casa legislativa.

CONFIDENCIAL

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

AVALIAÇÃO CONJUNTURAL

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, de 1991(Nº 80/91, na Casa de origem).

Institui isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e depreciação acelerada para máquinas, equipamentos e dá outras providências.

Prazo no Senado Federal: 03-06-91. Incluso na Ordem do Dia.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, DE 1991 (Nº 81/91, NA CASA DE ORIGEM).

Autoriza a concessão de financiamento à exportação de bens e serviços nacionais.

Prazo no Senado Federal: 3-6-91. Incluso na Ordem do Dia.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, DE 1991-COMPLEMENTAR (Nº 181/89, NA CASA DE ORIGEM)

Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.

Prazo no Senado Federal: 17-6-91. Tramita na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 1991 (Nº 6/91, NA CASA DE ORIGEM).

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros e dá outras providências.

Prazo no Senado Federal: 26-5-91. Aguarda inclusão na Ordem do Dia.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

AVALIAÇÃO CONJUNTURAL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 240, DE 1990.

Dispõe sobre a composição do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM.

Prazo vencido na CD em 13-4-91. Em discussão, em turno único, o substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei complementar nº 240-B, de 1990. Pendente de pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação; da Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público; e da Comissão de Viação e Transportes, Desenvolvimento Urbano e Interior. Deverão ser designados relatores para apresentarem pareceres em plenário.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 241, DE 1990.

Dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus-SUFRAMA.

Prazo vencido na CD em 14-4-91. Em discussão, em turno único, o substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 241-B, de 1990. Pendente de parecer: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação; da Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público; e da Comissão de Viação e Transportes, Desenvolvimento Urbano e Interior. Deverão indicar relatores para apresentarem pareceres em plenário.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 242, DE 1991.

Dispõe sobre a composição do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE.

Prazo vencido na CD em 19-4-91. Discussão, em turno único, do substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei complementar nº 242-B, de 1990. Pendente de pareceres da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação; da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público; e da Comissão de Viação e Transportes, Desenvolvimento Urbano e Interior. Deverão ser designados relatores para apresentarem pareceres em plenário.

CONFIDENCIAL

PROJETO DE LEI Nº 639, DE 1991.

Define crimes sobre o porte e uso ilegais de armas e dá outras providências.

Prazo de tramitação na CD até 07.06.91. Vencido o prazo de apresentação de emendas em plenário: dia 09.05.91. Tramita na Comissão de Constituição e Justiça e Redação. Os relatores ainda não foram escolhidos.

PROJETO DE LEI Nº 821, DE 1991.

Regulamenta o Artigo 18 da Constituição Federal. Dispõe sobre a negociação coletiva de trabalho, regula a apresentação de trabalhadores na empresa e dá outras providências.

Prazo de tramitação na CD até 16.06.91. Prazo final para apresentação de emendas em plenário: dia 15.05.91. Tramita na Comissão de Constituição e Justiça e Redação; na Comissão de Finanças e Tributação; e na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Os relatores ainda não foram escolhidos.

PROJETO DE LEI Nº 822, DE 1991

Estabelece os incentivos fiscais que menciona e dá outras providências.

Prazo de tramitação na CD até 16-6-91. Prazo final para apresentação de emendas em plenário: dia 15.05.91. Tramita na Comissão de Constituição e Justiça e Redação, na Comissão de Economia, Indústria e Comércio; e na Comissão de Finanças e Tributação. Os relatores ainda não foram escolhidos.

PROJETO DE LEI Nº 824, DE 1991.

Regula direitos e obrigações relativas a propriedade industrial.

Prazo de tramitação na CD até 16-6-91. Prazo final para apresentação de emendas em plenário: dia 15.05.91. Tramita na Comissão de Constituição e Justiça e Redação; na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; e na Comissão de Indústria e Comércio.

CONFIDENCIAL

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

AVALIAÇÃO CONJUNTURAL

PROJETO DE LEI Nº 825, DE 1991.

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. (Definindo os segurados, os critérios para concessão de benefícios, criando o Conselho Nacional de Previdência Social, regulamentando o disposto no Artigo 201 e Artigo 202 da Constituição Federal, reestruturando a Previdência Social de acordo com o Projeto de Reconstrução Nacional).

Prazo de tramitação na CD até 16-6-91. Prazo final para apresentação de emendas em plenário: dia 15.06.91. Tramita na Comissão de Constituição e Justiça e Redação; na Comissão de Finanças e Tributação; e na Comissão de Seguridade Social e Família. Os relatores ainda não foram escolhidos.

PROJETO DE LEI Nº 826, de 1991.

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências.

Prazo de tramitação na CD até 16.06.91. Prazo final para apresentação de emendas, em plenário, dia 15.05.91. Tramita na Comissão de Constituição e Justiça e Redação; na Comissão de Seguridade Social e Família. Os relatores não foram escolhidos.

PROJETO DE LEI Nº 02, de 1991

Dispõe sobre o II Plano Nacional de Informática e Automação - PLANIN

Prazo de tramitação na CD até 25.05.91.

PROJETO DE LEI Nº 159, de 1991.

Altera disposições do Código de Processo Penal Militar e da Lei da Organização Judiciária Militar. (Dispõe sobre o rito processual nos crimes de deserção e insubordinação de praças, e a competência exclusiva do Ministério Público para a iniciativa de ação penal pública, de acordo com o Inciso I, do Art. 129, da Constituição Federal).

Prazo de tramitação na CD até 20.05.91.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

AVALIAÇÃO CONJUNTURAL

PROJETO DE LEI Nº 588, de 1991.

Disciplina a transação nas causas de interesse da União, suas autarquias, fundações e empresas públicas federais; dispõe sobre a intervenção da União Federal nas causas em que figuram como autores os seus entes de administração indireta; regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública, em virtude de sentença judiciária, revoga Lei nº 6.825, de 22 de Set de 1980, e dá outras providências.

Prazo de tramitação na CD até 31.05.91.**PROJETO DE LEI Nº 5.804/90.**

Altera o Inciso V do Art. 8º da Lei nº 7.232, de 29.10.84, revoga o Decreto-Lei nº 2.203, de 27.12.84, e dá outras providências. (Fixa prazos para o término do controle sobre projetos em desenvolvimento na área de informática e extingue a participação de capital estrangeiro nas empresas de informática ao adotar a definição de empresa contida no Inciso II, do Art. 171, da Constituição Federal).

Prazo de tramitação na CD até 21.06.91. Prazo final para apresentação de emendas, em plenário, até 22.05.91. Tramita na Comissão de Constituição e Justiça e Redação; e na Comissão de Seguridade Social e Família.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

AVALIAÇÃO CONJUNTURAL

ANEXO

LISTAGEM DAS COMPOSIÇÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, BEM COMO DE SUAS RESPECTIVAS MESAS (dados do Congresso atualizados até 25 de abril).

a) CÂMARA DOS DEPUTADOS:I. COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Presidente: ODELMO LEÃO (BLOCO/MG)
 Vices : FREIRE JÚNIOR (BLOCO/TO)
LAZARO BARBOSA (PMDB/GO)
PAULO MOURÃO (PDC/TO)

GOVERNO

BLOCO - 14
 PDS - 06 (uma cedida p/PC do B)
 PTB - 05
 PDC - 02
 PL - 02
 PTR - 01
 PRS - 01

 31

OPOSIÇÃO

PMDB - 13 (uma cedida do PCB)
 PDT - 05
 PSDB - 04
 PT - 03
 PSB - 01
 PC do B -
 PCB - 01

 26

Do total de 57 titulares, o Governo está em vantagem, em relação à oposição, de 5 parlamentares.

II. COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA.

Presidente : ANTÔNIO BRITTO (PMDB/RS)
 Vices : ALOÍSIO VASCONCELOS (PMDB/MG)
AROLDE DE OLIVEIRA (BLOCO/RS)
KOYU IHA (PSDB/SF)

GOVERNO

BLOCO - 12
 PDS - 03
 PTB - 04
 PDC - 01
 PTR -
 PL - 01

 21

OPOSIÇÃO

PMDB - 14 (três vagas cedidas pelo PC do B, PDC e PTR)
 PDT - 05
 PSDB - 03 (uma vaga cedida pelo PCB)
 PT - 04
 PSB - 01
 PC do B -

 27

CONFIDENCIAL

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

AVALIAÇÃO CONJUNTURAL

Do total de 48 titulares, a oposição está em vantagem, em relação ao Governo, de 6 parlamentares.

III. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO.

Presidente: JOÃO NATAL (PMDB/GO)
 Vices : ROBERTO MAGALHÃES (BLOCO/PE)
JURANDYR PAIXÃO (PMDB/SP)
EDEVALDO ALVES DA SILVA (PDS/SP)

GOVERNO	OPOSIÇÃO
BLOCO - 14	PMDB - 14 (uma vaga cedida pelo PRS)
PDS - 05	PDT - 05
PTB - 04	PSDB - 04
PDC - 02	PT - 04
PL - 02	PSB - 01
PTR - 01	PC do B - 01
PRS -	
-----	-----
28	29

Do total de 57 titulares, a oposição está em vantagem, em relação à Governo, de 1 parlamentar.

IV. COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE EMINORIAS.

Presidente: FÁBIO FELDMANN (PSDB/SP)
 Vices : MARILU GUIMARÃES (PTE, MS)
LÚCIANO PIZZATO (BLOCO/PR)
VALDIR GANZER (PT/PA)

GOVERNO	OPOSIÇÃO
BLOCO - 07	PMDB - 07 (uma vaga cedida pelo PRN)
PDS - 02	PDT - 03
PTB - 02	PSDB - 04
PDC - 01	PT - 02
PL - 01	PSB - 01
PRS - 01	PC do B - 01
PRS -	
-----	-----
16	18

Do total de 34 titulares, a oposição está em vantagem, em relação ao Governo, de 2 parlamentares. Existe, ainda, 1 vaga a ser preenchida pelo PMDB.

CONFIDENCIAL

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

AVALIAÇÃO CONJUNTURAL

V. COMISSÃO DE DEFESA NACIONALPresidente: MAURÍCIO CAMPOS (PL/MG)Vices : ALDIR CABRAL (PTB/RJ)
WILSON MULLER (PDT/RS)
JAIR BOLSONARO (PDC/RJ)

GOVERNO		OPOSIÇÃO	
BLOCO	- 08	PMDB	- 07
PDS	- 03	PDT	- 02 (uma vaga)
PTB	- 02	PSDB	- 02
PDC	- 02	PT	- 02
PL	- 01	PSB	- 01
	-----		-----
	16		14

Do total de 31 titulares, o Governo está em vantagem, em relação à oposição, de 2 parlamentares. Existe, ainda, uma vaga a ser preenchida pelo PDT.

VI. COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.Presidente: REINHOLD STEPHANES (BLOCO/PR)Vices : ÉZIO FERREIRA (BLOCO/AM)
ALBERTO GOLDMAN (PMDB/SP)
JARVIS GAIDZINSKI (PL/SP)

GOVERNO		OPOSIÇÃO	
BLOCO	- 10	PMDB	- 09
PDS	- 03	PDT	- 04
PTB	- 03	PSDB	- 03
PDC	- 02	PTB	- 03
PL	- 01	PSB	- 01
	-----		-----
	19		20

Do total de 39 titulares, a oposição está em vantagem, em relação ao Governo, de 1 parlamentar.

CONFIDENCIAL

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

AVALIAÇÃO CONJUNTURAL

VII. COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Presidente: AÉCIO DE BORBA (PDS/CE)
 Vices : ÂNGELA AMIN (PDS/SC)
SÓLON BORGES DOS REIS (PTB/SP)
VIRMONDES CRUVINEL (PMDB/GO)

GOVERNO	OPOSIÇÃO
BLOCO - 09	PMDB - 07
PDS - 03	PDT - 03
PTB - 03	PSDB - 03
PDC - 01	PT - 03 (uma vaga cedida pelo PDC)
PL - 01	PSB - 01
	PC do B - 01 (uma vaga cedida pelo PMDB)
-----	-----
17	18

Do total de 35 titulares, a oposição está em vantagem, em relação ao Governo, de 1 parlamentar.

VIII. COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Presidente: BENITO GAMA (BLOCO/BA)
 Vices : JOSÉ BELATO (PMDB/MG)
FERNANDO FREIRE (BLOCO/RN)
NELSON BORNIER (PL/RJ)

GOVERNO	OPOSIÇÃO
BLOCO - 10	PMDB - 09
PDS - 04 (uma vaga cedida pelo PC do B)	PDT - 03
PTB - 03	PSDB - 03
PDC - 02	PT - 03
PL - 01	PSB - 01
	PC do B -
-----	-----
20	19

Do total de 39 titulares, o Governo está em vantagem, em relação à oposição, de 1 parlamentar.

CONFIDENCIAL

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

AVALIAÇÃO CONJUNTURAL

IX. COMISSÃO DE MINAS E ENERGIAPresidente: SÉRGIO BRITO (PDC/BA)Vices : AVENIR ROSA (PDC/RR)RUBERVAL PILOTTO (PDS/SC)ELÍSIO CURVO (BLOCO/MS)

GOVERNO		OPOSIÇÃO	
BLOCO	- 08	PMDB	- 06
PDS	- 03	PDT	- 03
PTB	- 02	PSDB	- 02
PDC	- 02	PT	- 02
PL	- 01	PSB	-
PSD	-		
PTR	- 01		
	-----		-----
	17		13

Do total de 30 titulares o governo está com vantagem, em relação à oposição, de 4 parlamentares.

X. COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORESPresidente: ULYSSES GUIMARÃES (PMDB/SP)Vices : NEIF JABUR (PMDB/MG)DIOGO NOMURA (PL/SP)LEUR LOMANTO (BLOCO/BA)

GOVERNO		OPOSIÇÃO	
BLOCO	- 08	PMDB	- 07
PDS	- 03	PDT	- 03
PTB	- 02	PSDB	- 03
PDC	- 01	PT	- 02
PL	- 01	PSB	- 01
PTR	- 01		
PRS	- 01		
	-----		-----
	17		16

Do total de 33 titulares, o Governo está em vantagem, em relação à oposição, de 1 parlamentar.

CONFIDENCIAL

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

AVALIAÇÃO CONJUNTURAL

XI. COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIAPresidente: ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)Vices : JOSÉ LINHARES (PSDB/CE)
EDUARDO MATIAS (PDC/MA)
NILTON OLIVEIRA (PMDB/ES)

GOVERNO	OPOSIÇÃO
BLOCO - 09	PMDB - 07
PDS - 03	PDT - 03
PTB - 03	PSDB - 03
PDC - 02	PT - 02
PL - 01	PSB - 01
	Sem Partido - 01
-----	-----
18	17

Do total de 35 titulares, o Governo está em vantagem, em relação à oposição, de 1 parlamentar.

XII. COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO.Presidente: AMAURY MÜLLER (PDT/RS)Vices : CARLOS ALBERTO CAMPISTA (PDT/RJ)
JABES RIBEIRO (PSDB/BA)
ZAIRE REZENDE (PMDB/MG)

GOVERNO	OPOSIÇÃO
BLOCO - 08	PMDB - 3 (2 VAGAS)
PDS - 01 (1 VAGA)	PDT - 3
PTB - 01	PSDB - 3
PDC - 02	PT - 4
PL - 01	PSB - 1
	PCB - 1
	PC do B- 1
-----	-----
13	16

Do total de 33 titulares (29 vagas preenchidas), a oposição está em vantagem, em relação ao Governo, de 3 parlamentares. Existem, ainda, 2 vagas do PMDB e 1 do PDS a serem preenchidas.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

AVALIAÇÃO CONJUNTURAL

XIII. COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E INTERIOR.

Presidente: CARLOS SANTANA (PT/RJ)
 Vices : NILMÁRIO MIRANDA (PT/MG)
JOSÉ REINALDO (BLOCO/MA)
LÚCIA BRAGA (PDT/PB)

GOVERNO		OPOSIÇÃO	
BLOCO	- 14	PMDB	- 12
PDS	- 04	PDT	- 04
PTB	- 03	PSDB	- 04
PDC	- 03	PT	- 03
PL	- 02	PSB	- 01
PTR	- 01		
	-----		-----
	27		24

Do total de 51 titulares, o Governo está em vantagem, em relação à oposição, com 03 parlamentares.

Do total de 13 Comissões o Governo tem maioria em 07 delas:

1. AGRICULTURA - 05 parlamentares.
2. DEFESA NACIONAL - 02 parlamentares.
3. FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO - 01 parlamentar
4. MINAS E ENERGIA - 04 parlamentares
5. RELAÇÕES EXTERIORES - 01 parlamentar.
6. SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA - 01 parlamentar
7. VIAÇÃO E TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E INTERIOR - 03 parlamentares

A oposição tem maioria em 06 delas:

1. CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 05 parlamentares.
2. CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - 01 parlamentar
3. DEFESA DO CONSUMIDOR - 02 parlamentares.
4. ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO - 04 parlamentares
5. EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO - 01 parlamentar.
6. TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO - 03 parlamentares.

Na Comissão de Minas e Energia tanto o Governo quanto a Oposição têm

CONFIDENCIAL

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

AVALIAÇÃO CONJUNTURAL

quinze vagas.

Vale lembrar que nos casos de maioria por 01 parlamentar, tanto por parte do Governo quanto da oposição, tal fato resulta de acordo para a composição das Comissões.

b) SENADO FEDERAL:

I. COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: RAIMUNDO LIRA (PFL/PB)

Vices : RUY BACELAR (PMDB/BA)

GOVERNO			OPOSIÇÃO		
PFL	-	05	PMDB	-	09
PTB	-	03	PSDB	-	03
PRN	-	02	PDT	-	02
PDC	-	01	PT	-	01
PDS	-	01			
		-----			-----
		12			15

Do total de 27 titulares, a oposição está em vantagem, em relação ao Governo, com 3 parlamentares.

II. COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)

Presidente: ALMIR GABRIEL (PSDB/PA)

Vices : FRANCISCO ROLLEMBERG (PFL/SE)

GOVERNO			OPOSIÇÃO		
PFL	-	06	PMDB	-	09
PTB	-	03	PSDB	-	04
PRN	-	02	PDT	-	02
PDC	-	01	PSB	-	01
PDS	-	01			
		-----			-----
		13			16

Do total de 29 titulares, a oposição está em vantagem, em relação ao Governo, com 3 parlamentares.

CONFIDENCIAL

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

AVALIAÇÃO CONJUNTURAL

III. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ).Presidente: NELSON CARNEIRO (PMDB/RJ)Vices : MAURÍCIO CORRÊA (PDT/DF)

GOVERNO		OPOSIÇÃO	
PFL	- 05	PMDB	- 07
PTB	- 02	PSDB	- 03
PRN	- 01	PDT	- 02
PDC	- 01	PSB	- 01
PDS	- 01		
	-----		-----
	10		13

Do total de 26 titulares, a oposição está em vantagem, em relação ao Governo, com 3 parlamentares.

IV. COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)Presidente: LOUREMBERG NUNES ROCHA (PTB/MT)Vices : COUTINHO JORGE (PMDB/PA)

GOVERNO		OPOSIÇÃO	
PFL	- 06	PMDB	- 08
PTB	- 03	PSDB	- 03
PRN	- 02	PDT	- 02
PDC	- 01	PT	- 01
PDS	- 01		
	-----		-----
	13		14

Do total de 27 titulares, a oposição está em vantagem, em relação ao Governo, com 1 parlamentar.

V. COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CRE).Presidente: IRAPUAN COSTA JÚNIOR (PMDB/GO)Vices : LOURIVAL BAPTISTA (PFL/SE)

GOVERNO		OPOSIÇÃO	
PFL	- 03	PMDB	- 07
PTB	- 02	PSDB	- 02
PRN	- 01	PDT	- 01
PDC	- 01	PSB	- 01
PDS	- 01		
	-----		-----
	08		11

Do total de 19 titulares, a oposição está em vantagem, em relação ao Governo,

CONFIDENCIAL

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

AVALIAÇÃO CONJUNTURAL

com 3 parlamentares.

VI. COMISSÃO DE SERVIÇOS E INFRA-ESTRUTURA (CI).

Presidente: JÚLIO CAMPOS (PFL/MT)

Vices : MÁRIO COVAS (PSDB/SP)

GOVERNO		OPOSIÇÃO	
PFL	- 05	PMDB	- 07
PTB	- 02	PSDB	- 03
PRN	- 01	PDT	- 02
PDC	- 01	PT	- 01
PDS	- 01		
	-----		-----
	10		13

Do total de 23 titulares, a oposição está em vantagem, em relação ao Governo, com 3 parlamentares.

Os partidos que apóiam o Executivo Federal estão em desvantagem nas 06 Comissões do Senado, em relação aos partidos de oposição.

1. ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE) - 03 parlamentares
2. ASSUNTOS SOCIAIS (AS) - 03 parlamentares
3. CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ) - 03 parlamentares.
4. EDUCAÇÃO (CE) - 01 parlamentar.
5. RELAÇÕES EXTERIORES (CRE) - 03 parlamentares.
6. SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA (CI) - 03 parlamentares.

CONFIDENCIAL

FINM